

O ECHO DO RIO,

Jornal Politico e Litterario.

Parcite verbis.

HORAT. AD ROM.



Publica-se as quartas feiras e sabbados, na typ. Imparcial de F. de Paula Brito, praça da Constituição n. 64, onde se subscreve a 4000 réis por semestre, pagos adiantados, e vendem-se números avulsos a 80 réis, nas lojas de costume.

O ECHO DO RIO.

Emittimos ao correr da penna em um de nossos numeros anteriores uma proposição, que nos foi contestada: dissemos, que podia S. M. recusar a nomeação de um individuo, que lhe fosse proposto para qualquer emprego; mas que não devia recusar uma demissão, a não querer logo, que o ministerio se demittisse. Ainda sustentamos nossa opinião.

Que os empregados são todos responsaveis pelos crimes, que commettem no exercicio de seus empregos, é o que não soffre a mais pequena duvida, e o que existe no código criminal; mas tambem não ha a menor duvida, que as provas nos delictos de responsabilidade são difficilissimas de colligir e apresentar perante os tribunaes, que os tem de julgar. Vê-se um magistrado ou um empregado de fazenda, ou qualquer outro, que apenas vive de seus ordenados: vê-se que faz despesas, que exigem o quadruplo e mais: a voz publica o accusa de malversações: diz quem são os padecentes, que concorreram com as quantias; diz quanto deu cada um, como, quando, e onde: aponta todos os pormenores: ha toda a certeza moral; mas procurai as provas: documentos não os ha, que ninguem é tão tolo, que os fabrique; prova testemunhal não a ha, porque a valiosa seria o depoimento do proprio subornador; mas este sendo igualmente criminoso, não ha de ter animo de ir a juizo. O que resta pois? que as autoridades superiores vão colligindo todos esses boatos, vão combinando todas as circumstancias; e achando que é verdade, tomar uma medida: demittir, suspender, remover o empregado: aquillo que no caso couber.

Muitas vezes não é o numero das testemunhas quem faz decidir, é o peso, a confiança, que merecem á quem as houve. Homem ali ha, cujos trages indicam bem pouco, e todavia cuja fé deve ser estimada em muito.

Vai o ministro ao conselho do monarcha: fundado nessas razões, nessas combinações, pede a demissão de seu subalterno, cuja continuação no emprego julga perigosa: deve ser-lhe concedida. Mas dir-nos-hão, apresente todas as razões ao monarcha: apresentará; mas o monarcha, que não seguiu o fio de todas as combinações, que não ouviu as proprias testemunhas, que as não conhece, e por consequencia não sabe o peso, que lhes deve dar; não está em estado de fazer juizo seguro. E demais seus ministros lhe dizem, que o homem é perigoso no emprego: e como é muito de presumir, que não

queiram tomar sobre si a responsabilidade conservando-o é preciso, que seja demittido o ministro ou o individuo.

Repare-se bem, que o ministro é sempre responsavel pelas faltas de seus subalternos, senão legalmente, ao menos moralmente. E quando perante a representação nacional fôr accusado da conservação desse empregado, o que responderá? dirá: eu o quiz demittir, mas o monarcha não quiz? porá deste modo á descoberto a corôa?

Figuramos a hypothese do empregado malversor; mas o argumento é applicavel a todas as hypotheses imaginaveis. O ministro da fazenda tem de tomar ou tomado certas medidas; um seu subalterno clama e prega contra ellas, e não as executa, ou executa de modo, que melhor fôra não executar. O ministro tem de responder á maioria, que o apolou, e que lhe votou as medidas e assim confiou nelle. — Se não careceis de taes medidas, para que as pedistes? e se careceis, para que as não fazeis executar? — E que responderá o ministro? dirá, que um seu subalterno lhe serviu de obstaculo? pois demittisse-o. Dirá que propoz a sua demissão, e que a corôa a não aceitou?

Ninguem se pôde lembrar de tal.

Mas pela meama razão, pôde o monarcha não aceitar o individuo, que lhe é apresentado. Note-se, que não fallamos dos ministros: estes giram em esfera mais elevada; e muitas vezes o seu eleitor vê-se obrigado a nomear quem menos lhe agrada: mas as necessidades parlamentares o podem exigir. Tratamos pois de empregados subalternos: nem-uma nação haverá tão falta do homem, que apenas tenha um individuo proprio para um emprego. O monarcha neste caso não tem direito de escolha, mas tem o de exclusão: pôde dizer ao gabinete, que sabe de particularidades do individuo, que o tornam inapto para o emprego para que é proposto. Assim como o gabinete pôde pedir a demissão do empregado por o conhecer inhabil, assim tambem o monarcha pôde não admittir uma proposta, por conhecer inhabil o proposto.

Consta-nos, que em tempo do Sr. D. João VI, seu ministro Thomas Antonio lhe propoz um desembargador para certa commissão: o rei perguntou ao ministro, se tinha perfeito conhecimento do individuo, que propunha: o ministro ficou logo em embarços, mas respondeu, que suppunha tel-o. O rei tornou-lhe — *pois examine bem, que me consta não ser esse individuo limpo de mãos.* — Eis aqui o rei sabendo de uma cousa de que o ministro não sabia, porque todos os que conheceram

Thomaz Antonio, fazem os maiores elogios da sua inteireza. E' verdade, que esse rei era absoluto, e não recusou logo: mas crêmos bem, que o monarcha constitucional, não está obrigado a aceitar a proposta do homem, que não é limpo de mãos.

Os monarchas absolutos governam mandando: os monarchas constitucionaes governam (é o termo proprio) governam vedando. As propostas partem do gabinete, mas o veto está no monarcha, para não assentir á aquellas, que entender contrarias ao bem publico. Mas tambem é necessario, que o ministro não seja posto em circulo de ferro; porque então a inviolabilidade da corôa ficará a descoberto, e por consequencia desapparecerá a mais bella prerogativa do systema constitucional.

AINDA A DEMISSÃO DO GABINETE.

Estamos quasi no fim de fevereiro, e em janeiro teve lugar a dissolução do gabinete de janeiro; parece pois, que já devia ser materia velha, e sobre a qual não deveríamos chamar mais a attenção dos nossos leitores: mas razões ha, que nos obrigam a voltar á ella.

Reflectindo sobre o negocio, vendo a origem e as consequencias dessa dissolução, recolhendo as differentes noticias, que se espalhavam, persuadimos-nos que essa dissolução provinha de uma liga dos inglezes com a Joanna: e apresentámos ao publico as razões, que tivemos para assim o pensar: fomos franco: se erramos, demos logo o meio de ser convencido; não guardamos coisa nem-uma; dissemos tudo: e o fizemos mesmo para que fossemos convencido de inexacto, no caso de que o fossemos. Cuidamos, que cumprimos á risca com a obrigação do jornalista. Sabiamos, que atacavamos duas potências formidaveis, a Joanna e os inglezes: mas que nos importava a nós isso? quando combatemos, nunca olhamos para a cara do inimigo: examinamos se temos de nossa parte a razão e a justiça: e com as fracas armas de que podemos dispor, atiramos-nos á arena, chamando a Deos em nosso auxilio: e bom tempo faça.

Conhecendo as pessoas, com que mexíamos, contávamos já com alguma resposta; mas o que nunca contamos, e o que extremamente nos maravilhou, foi que viesse ella pelo *Pharol*, pelo *Pharol*, que por atacar a Joanna, ahí andou ás bulhas com o *Nacional*; com o *Pharol*, que tantas vezes fallou mal da Joanna, e citou nomes de pessoas, que dizia formar esse grupo. Pois justamente foi o *Pharol* quem agora sabiu a defender a Joanna, não a defendel-a da arguição, que lhe fazíamos, porém de todas as culpas, que lhe elle mesmo havia lançado em rosto. A Joanna agora já não é uma camarilha, que influe nos negocios publicos: a Joanna é um grupo composto de criados de S. M., que só se occupam no desempenho de seus deveres: e aquelle, que diz o contrario, é um malvado, que injuria atrozmente o monarcha. Acreditará alguém, que quem diz isto seja o *Pharol*? pois é elle mesmo em pessoa.

E devemos confessar, que a principio estivemos quasi convencido, de que o contemporaneo tinha razão: chamou-nos *faminto* e *lambareiro*, e *esulfado*: ora, quem é que não tem razão argumentando contra um faminto, um lambareiro, um esulfado? Mas depois reflectimos melhor, e achamos, que essas gentilezas são obsequios com que nos quer mimosear o contemporaneo: agradecemos-lhe tanta bondade. Não tendo a honra de nos dirigirmos á sua pessoa, mas sim e sómente ao seu

Pharol, não lhe chamaremos lambareiro, nem lambaz, com quanto a julgar pelos fructos, talvez a arvore de algum modo caiba esse nome. O contemporaneo é demasiadamente polido; não entraremos com elle em luta de civilidade, por que temos a certeza de ficar vencido. Vamos ao caso.

Diz o *Pharol*, que nós dissemos que o monarcha não tem vontade propria, que é governado pela Joanna, que demitte e nomeia os ministerios. Permitta o contemporaneo, que lhe fallemos portuguez puro, lá do seculo de quinhetos: o contemporaneo mente, mente com muita impudencia: nunca o dissemos, nunca o pensamos: o contemporaneo é, que muitas vezes o disse; porém pela nossa parte o desafiámos a que aponte uma só vez, que o dissessemos. E tambem mente, quando asseverou, que disseramos, que a Joanna se vendera aos inglezes. O contemporaneo sonha com compras e vendas, e não imagina outro meio de explicar as cousas senão por compras e vendas. Pois tome conta, que alguém lhe poderá dizer: — *do que usas, d'isso cuidas.* —

Alguém para seus fins obteve do monarcha a promessa, de que no caso de ser proposta a demissão do Sr. Saturnino, Elle a não aceitaria; e por isto foi o inspector da alfandega figurado como victima de atroz perseguição. Isto conseguiu-se como se conseguem muitas cousas: com rogos, desfigurando factos, dando explicação a outros, mui differente da verdadeira: disseram, que o emprego de inspector da alfandega nada tendo de politico, e sendo puramente administrativo, não havia incompatibilidade alguma, em que continuasse a ser exercido pelo Sr. Saturnino, continuando a existir o ministerio. Asseguramos, que foram estes os meios empregados, porque foram estas cousas assim espalhadas logo, para preparar os animos do publico.

Em quanto assim se dispunha o monarcha, espalhavam-se boatos; e depois que apanharam a palavra imperial, então desafiaram abertamente o gabinete. Póde S. M. ter conhecimento destes manejos? é impossivel. Foi desafiado o gabinete; espalhou-se, que foram quatro ministros pedir a demissão do inspector da alfandega, mas que fôra recusada: pintaram-se os ministros como tão apregados ás pastas, que nem assim as queriam largar.

Foi preciso, que o gabinete passasse a Rubicon: e effectivamente se apresentou a S. M. a pedir essa demissão, que era desafiado a pedir. S. M. a negou, mas declarou immediatamente, que a negava porque não via incompatibilidade alguma entre a continuação do gabinete e a do Sr. Saturnino. Os ministros não pensaram assim: entenderam, que tendo dado tal passo, lhes era desairoso retroceder; que em consciencia o não podiam fazer, e retiraram-se.

Assim o escrevemos; assim o repetimos. Onde está aqui a injuria ao monarcha? Pois o monarcha não póde pensar de modo differente do gabinete? pois o monarcha não póde fazer uma promessa, e sustental-a quando dahi não suppõe, que resulte perigo para o bom andamento dos negocios publicos? pois dizer que alguém illudiu o monarcha, é dizer que o monarcha é governado? E' preciso ter a impudencia do *Pharol* para tal dizer.

Muito claramente dissemos; que a Joanna não se atreveu a apontar quem deveria formar o novo gabinete, porque assim seus planos ficariam muito a descoberto. E quem diz isto, diz que o monarcha é governado? faz injuria ao monarcha? Pelo contrario não é figurar as cou-

sas como na realidade são : o monarcha superior a todos ? Não dissemos até, que S. M. só por cumprir sua palavra de não consentir na demissão do Sr. Saturnino, é que tinha antes aceitado a demissão do gabinete ? pois dizer de um monarcha, que tem religiosidade, é dizel-o escravo, ou sujeito a qualquer ?

Quanto á compra da Joanna pelos inglezes, ignoramos como se fazem esses contractos ; talvez o contemporaneo nos podesse dar algumas ideias. Sabemos de ligas de interesses ; sabemos, que ha pessoas, que tão bem se sabem insinuar no animo de outro, que as levam a fazer tudo quanto desejam. Mas comprar honra e vender honra ! Asseguram-nos, que um deputado do lado defendido pelo *Pharol*, recebera um conto de réis para votar em uma questão de certo modo ; asseguram-nos, que outros do mesmo lado receberam outras quantias : mas ignoramos quem pôde ter a coragem de dizer a um homem na cara — *dou-vos tanto para que voteis assim* : — e ignoramos como haja alma tão vil, que não atire logo com a cadeira em que estiver sentado á cabeça do subordinador. Nunca compramos nem vendemos fazenda desse genero : ouviu, Sr. do *Pharol* : outra vez á boca cheia : nunca compramos nem vendemos desse genero.

O contemporaneo quiz refutar uma opinião, que emitimos : em outro lugar tratamos dessa materia ; e por isso aqui daremos fim ao *Pharol*, concluindo com uma supplica ao contemporaneo, e é, que folhee bem o seu dictionario : que veja se pôde frequentar as tabernas da Praia do Peixe : e que quantos termos injuriosos achar em um e ouvir em outra, de todos faça uso conta nós : da-nos nisso summo prazer. Gostamos tanto de o vêr a descoberto ! gostamos tanto de o vêr tal qual é ! Pôde estar certo, que mais humilde, que um franciscano, lhe responderemos sempre : — *seja tudo pela santa caridade*. —

LEGADOS.

Passamos em resenha alguns dos serviços feitos pelo ministerio passado, desses serviços, que todos viram, e que por consequencia ninguem pôde contestar: o *Novo Tempo* a respeito de alguns assevera-nos, que iguaes ou superiores serão prestados pelo gabinete actual : Deos o ouça : a respeito de outros ousou contestar-nos. Diz, que ao gabinete não cabe gloria alguma pelos feitos do Rio Grande, porque em nada concorreu para elles ; nem uma força para lá mandou ; e que todas as vantagens ali obtidas são em honra do gabinete de março.

Que ao gabinete de março cabe a gloria de ter acertado com o general, e de lhe ter dado meios de poder fazer a campanha, isso nunca nós o negamos, antes por vezes o dissemos ; e muito estimamos, que esse gabinete vá sendo rehabilitado. O gabinete de março fez relevantissimos serviços ao paiz ; e parte delles foram no Rio Grande ; não somos nós, que lh'os contestamos : a dissolução do gabinete de março, foi para nosso entender um grande mal. Seus successores igualmente illustrados e zelosos pelo bem do paiz, não nos fizeram sentir a falta dos ministros ; mas foi uma d'aquellas mudanças desnecessarias, que por consequencia sempre trazem o mal da instabilidade. Bom é, que os seus serviços vão sendo reconhecidos.

O gabinete de janeiro sobre as cousas do Rio Grande, teve uma grande inspiração ; foi a de nada alterar, do que havia sido feito, aportando-se assim da marcha ge-

ralmente seguida : e foi esse não pequeno serviço. Mais de uma vez o havemos dito.

E não partilha o gabinete da gloria adquirida pelo general ? não obra o general sob as instrucções do gabinete ? Quando o marechal Barreto foi vencido em Rio Pardo, não choveram injurias contra o gabinete de 19 de setembro ? Se o superior é responsavel pelas faltas do inferior, tambem deve ser elogiado pelos seus bons serviços.

E com effeito foi o gabinete de janeiro tão mesquinho, que não mandou socorros alguns ao general barão de Caxias ? Cuidamos, que se um anno se passasse, sem que fossem mandados auxilios de toda a especie, a guerra não poderia ter sido feita com vantagem. Referindo-nos a socorros de gente, lembramos que a 14 ou 15 de janeiro proximo passado, d'aqui sahiram duas barcas de vapor, que levaram soldados ao Rio Grande : o facto é muito fresco para que tenha esquecido : quando voltaram já não encontraram no gabinete, os que as mandaram. Como não lembram estas cousas, e lembram todas as calumnias, que uma e muitas vezes tem sido refutadas ? Os que assim escrevem, querem gozar de nome de boa fé ?

O MINISTERIO E OS INGLEZES.

O *Novo Tempo*, que tão mal estreou a sua carreira, em seu primeiro numero, foi melhor no segundo, porque contentou-se em caluniar o *ECHO* : mas o *ECHO* está prompto para desmanchar o que diz o contemporaneo, e por isso d'ahi mal nem um pôde provir.

Diz o contemporaneo, que affirmamos a existencia de uma liga entre o ministerio e os inglezes, nunca o dissemos ; ainda até hoje a não recebemos. Dissemos, que os inglezes tinham exultado, vendo no gabinete o Sr. Alves Branco, aquelle mesmo ministro, que propoz os artigos addicionaes ao tratado de 1826, mas logo accrescentamos, que muito de presumir é, que seja hoje outra a opinião de S. Exc. : e que muito confiavamos sobretudo no Sr. Almeida Torres, para que d'ahi receiassemos mal ao paiz. E' isto dizer, que entre o gabinete e os inglezes existe liga ?

Dissemos, que a dissolução do gabinete de janeiro proviera de uma liga entre a Joanna e os inglezes ; e a dissolução do gabinete de janeiro, motivou a organização do actual : mas isto é muito differente, do que nos imputa o contemporaneo. Nessa mesma occasião dissemos, que esses que trabalharam para a queda do gabinete transacto se não atreveram a propor novos ministros, nem quem da organização ministerial se encarregasse.

Qualquer gabinete, que hoje se queira sustentar no poder não pôde favorecer os inglezes : pôde tratar com elles, mas deve-o fazer com muito tento ; o paiz está muito azedado contra esses inimigos de nossa prosperidade. Pôde ser, que o actual gabinete venha a ligar-se com os inglezes ; pôde ser, que o Sr. Alves Branco se esforce hoje no gabinete, para fazer ratificar e sancionar os artigos addicionaes : mas nós o duvidamos. O Sr. Candido Baptista foi obrigado a deixar o ministerio, sem ter quem lhe fiasse um vintem para gastar, porque os Brasileiros entenderam, que esse Sr. queria favorecer os interesses inglezes ; o mesmo aconteceria ao Sr. Alves Branco, ou a qualquer outro ministro. A guerra não seria da imprensa, nem d'este ou d'aquelle lado : seria do paiz inteiro. Nosso estado a respeito de Inglaterra é muito melhadroso.

Confiamos, que apesar da origem do gabinete, não se ligará com os inglezes contra os interesses do paiz: confiamos, que o não fará contra a opinião publica. Somos inimigos de mudanças amudadas: antes queremos a permanencia de um gabinete, a quem façamos opposição, do que a mudança continuada mesmo entre individuos, a quem tenhamos de prestar apoio.

TRISTE NOTICIA.

Dizem-nos, que vai acabar o *Pharol!* quanto sentimos este acontecimento fatal? estavamos tão acostumado ás gentilezas do contemporaneo, que logo, que nos vinha á mão íamos á pressa correr as suas columnas, eó para lermos os doces epithetos, com que nos mimoseava. E agora acaba! não teremos mais o prazer de ser chamado moleque, cachorro, lambareiro, pobre, e outras, que tass e semelhantes cousas! Miseros nós!

O desaparecimento do *Pharol*, é para nós acontecimento tão importante, que não podemos deixar de procurar-lhe as causas. Ah! vai, o que podemos descobrir. O *Pharol* teve muita pressa em se declarar ministerial; mas o *Pharol* é sofrego; queria, que o gabinete lhe satisfizesse logo todos os seus desejos: que mudasse o presidente do Rio de Janeiro a fim (cuidamos, que só por isso,) que o novo presidente mudasse o thesoureiro das loterias provinciaes: e outras medidas semelhantes. Vai, que faz o ministerio? mudo e quedo, foi caminhando seu caminho, sem dar a mais pequenina attenção ao candieiro. (Todos sabem, que um *Pharol* é um candieiro.) Que havia de fazer o contemporaneo? declarar-se em opposição? Era dar de si uma triste ideia: o melhor pois é calar-se.

Deram-nos outra versão do negocio: disseram-nos, que o contemporaneo se havia declarado ministerial, na esperança, de que o ministerio concorresse com o azeite, ou ao menos com as torcidas: parece porém, que o ministerio nem fez uma nem outra coisa.

Achamos mais provavel a primeira explicação; até por que para a luz, que dá o *Pharol* nem é preciso azeite nem torcidas. Os nossos leitores julgarão como quizerem: que a obrigação do *Echo* é repetir o que ouve.

ORGANIZAÇÃO MINISTERIAL.

Espanta-se o *Novo Tempo*, porque desejamos vêr completo o ministerio, e pergunta se tambem somos sofregos? Respondemos-lhe, que não se trata do nosso interesse individual, nem talvez do lado, a que pertencemos: trata-se do interesse do paiz. O ministerio com quatro ministros, tem ares de provisorio: ministerio provisório no estado actual do paiz, é um mal: pôde ser mal necessario: pôde ser, que os actuaes ministros entendam mesmo, que convém esperar as camaras, para então ou se organisarem definitivamente, ou largarem o posto: razões superiores podem haver, que a isso os levem; e mesmo são tantos os boatos a esse respeito, que nada podemos ajuizar com certeza: mas seja qual for a causa: é certo, que o actual estado do gabinete é um mal; e como ignoramos as causas, porque assim existe, não podemos deixar de clamar, para que cesse.

Outra razão, que temos é, que a entrada de um novo ministro, pôde dar uma côr definitiva ao gabinete: poderá ser alguma pessoa proeminente de algum dos dous lados, em que tem estado dividido o paiz: e muito desejamos saber em que lei vivemos. Tem-se apontado

tantos candidatos, uns nullos, outros mediocres, outros distinctos, que não sabemos, o que pensar. O *Novo Tempo* nos diz, que esperemos um pouco; e que remedio temos nós se não esperar? Mas já temos esperado tanto? Se ao menos os boatos se fixassem em individuos certos, que estivessem fóra da côrte, souberamos, a que attribuir a demora: mas de todos os apontados fóra da côrte só se acha o Sr. Galvão: será elle por quem temos de esperar.

NOVA NACIONALIDADE.

O Sr. Paulino é naturalisado fluminense: assim o diz uma folha publica. Até sgora cuidavamos, que alguém se podia naturalisar Brasileiro; ignoravamos o resto; mas sabemos agora, que tambem ha naturalisados fluminenses, bahianos, paulistas &c. &c. Muito bem: mas asseguramos ao contemporaneo, que o Sr. Paulino não se naturalisou fluminense; naturalisou-se Brasileiro, e como tal quer ser contado em toda a parte do Brasil.

Reclamamos em nome do Sr. Paulino este direito, para que não aconteça, que se por acaso o mandarem para alguma relação das provincias, seja lá repudiado.

ABUSO.

Fomos ao theatro de S. Pedro em a noite de segunda feira: lá estiveram SS. MM. e A. I., e ahí reparamos em um facto, que nos pareceu abuso. Em quanto a orchestra tocava a symphonia da abertura, estando já SS. MM. no camarote, toda a platéa se conservou em pé e descoberta, e voltada para o camarote imperial: mas na mesma occasião havia muitos homens, que se conservavão sentados na frente dos camarotes, e alguns até com as costas voltadas para o lado, em que se achavam SS. MM. Este abuso nos revoltou, e sobretudo, porque aconteceu na segunda ordem, que sempre foi intitulada a ordem nobre ou aristocratica, e em que por consequência se devia achar mais respeito ao monarcha.

VERIFICOU-SE.

Dissemos em um dos nossos numeros passados, que corria, que o Sr. Francisco Ramiro de Assis Coelho seria nomeado desembargador, e que por isso não tomara conta de uma das pastas ainda vagas. Pelq que lemos hoje no *Jornal do Commercio* verificou-se essa nomeação; e como as pastas, que então não tinham ministros, ainda hoje estão á discripção, por isso está esse Sr. agora com as mãos livres para a receber.

E tinha o ministerio direito para o fazer? Tinha: até ahí não temos a mais pequena duvida. E convinha fazel-o? A isto, que responda o ministerio e o seu fiel alliado o *Novo Tempo*: nós guardaremos sobre o negocio perfeito silencio. O Sr. Barreto Pedroso foi reintegrado depois dos relevantes serviços, que prestou na Bahia: o Sr. Gomes de Campos quando na Relação do Rio de Janeiro não havia desembargadores para fazer as sessões.

SENADORES.

Consta-nos, que a final foram escolhidos senadores o Sr. Torres pelo Rio de Janeiro, o Sr. Galvão pela Bahia, e o Sr. José Cesário por Minas.

Quem substituirá o Sr. José Bento?

ERRATA.

Em o numero 52 desta folha, no artigo sobre a morte do brigadeiro Philippe Nery, logo na segunda linha, lea-se — amigos do paiz — e não inimigos do paiz, como por engano sahio.